

# FATOS E NOTAS

---

## A EXPLICAÇÃO DE PORTUGAL DE ALEXANDRE HERCULANO.

---

*JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO*

(do "Centre National de la Recherche Scientifique"  
— Paris).

---

### 1. — A EXPLICAÇÃO DE PORTUGAL.

#### a. — *A utilidade da História.*

Para Alexandre Herculano a História não era, nem uma recreação para o espírito, nem um ramo do conhecimento destituído de qualquer utilidade. Ele próprio afirmava que:

"buscava na história do passado doutrina para o presente"  
(1).

Numa carta a Oliveira Martins, dizia:

"O único intuito do que escrevi foi deixar às gerações futuras em Portugal alguns meios para uma coisa que me parece hão-de algum dia tentar fazer, isto é, tornar as instituições mais harmónicas, mais consequentes com as tradições e índole desta família portuguesa..." (2).

Alguns anos antes, quando da publicação da 3<sup>a</sup> edição da *História de Portugal*, já ele dissera no prefácio que

---

(1). — *Opúsculos*, Volume VIII, *A Escola Politécnica e o Monumento*, 1843, 3a. ed., p. 220.

(2). — *Cartas*, Volume I, *Carta a Oliveira Martins*, Val de Lobos, 1872, 1a. ed., ps. 223-224.

“... destinava o encetado trabalho para estudo de um princípio, então na puerícia, que em futuro remoto, quanto a incerteza das coisas humanas permitia ajuizá-lo, devia reinar em Portugal” (3).

E destinava-o para estudo do príncipe

“persuadido de que o conhecimento da vida anterior de uma nação é o principal auxílio para se poder e saber usar, sem ofensa dos bons princípios, do influxo que um rei de homens livres tem forçosamente nos destinos do seu país...” (4).

É na sua própria *História de Portugal* que Herculano nos diz:

“Coligir esses factos, que constituiram o desenvolvimento e a vida colectiva dos povos, é o mister principal da história; porque, ordenados e expostos, a convertem numa ciência útil pela sua aplicação às graves questões que abalam os fundamentos das sociedades modernas” (5).

E continua Herculano:

“É sobretudo com este último intuito que procuraremos delinear agora a situação interna de Portugal na primeira época da sua história” (6).

É de acordo com estas afirmações de Herculano àcerca da utilidade dos seus estudos históricos na resolução dos grandes problemas do nosso século XIX, que iremos agora tentar compreender como é que o grande historiador

“buscava na história do passado doutrina para o presente” (7).

---

(3). — *História de Portugal*, Volume I, Prefácio da 3a. ed., 8a. d., p. 7.

(4). — *Ibidem*.

(5). — *Ibidem*, Vol. ,VI 8a. ed., p. 12 (Sublinhados meus).

(6). — *Ibidem*.

(7). — Este parágrafo segue o nosso livro sobre *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, no Capítulo *O Historicismo*, ps. 72-74; 2a. ed., Lisboa, 1971, ps. 69-70.

b. — *A história de Portugal.*

Herculano dá-nos elementos para a resolução deste problema em vários passos da sua obra: nas *Cartas sobre a História de Portugal* de 1842, na parte final dos *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes* de 1843-1844, nas *Cogitações soltas de um homem obscuro* de 1846, e finalmente na *História de Portugal* (Volume VIº), obra que começou a ser publicada em 1846 e cuja publicação se arrastou até 1853.

Nas *Cartas sobre a História de Portugal*, Herculano divide a história pátria em dois grandes períodos:

“Em dois ciclos me parece dividir-se naturalmente a história portuguesa, cada um dos quais abrange umas poucas fases sociais, ou épocas: ... o primeiro é o da idade-média; o segundo o do renascimento” (8).

Para Herculano, a Idade-Média fora o período em que a nação portuguesa teve as instituições que estavam na sua índole. O renascimento foi um período de decadência, embora uma análise superficial nos possa deixar chegar à conclusão contrária. Diz Herculano:

“A geração a quem verdadeiramente pertence tanta glória — a do renascimento — foi educada pelo século anterior. Os grandes homens do reinado de D. Manuel tinham conhecido o nosso último rei cavaleiro; tinham sido educados na época da robustez moral da nação. O século décimo-sexto nada mais fez que aproveitar a herança da Idade-Média” (9).

Como é a Idade-Média, a época em que Portugal vive de acordo com a sua índole, como é a Idade-Média a época em que Portugal se fortalece e progride, é à Idade-Média que Portugal deve is procurar o remédio para os males que, pela história afora, o apoquentem. É nesta linha de raciocínio que ele nos diz:

“Mas, se a história não é um passatempo vã; se, como toda a ciência humana, deve ter uma causa final objectiva...”, “se no estudo da história pátria cada povo vai buscar a razão dos seus costumes...”, “se na índole da sociedade antiga queremos ir

---

(8). — *Opúsculos*, Volume V, *Cartas sobre a História de Portugal*, Carta V, 1842, 4a. ed., ps. 128-129.

(9). — *Ibidem*, p. 134.

vigorar o sentimento na nacionalidade...”, “não é por certo naquela brilhante época que havemos de encontrar esses importantes resultados do estudo da história; porque a virilidade moral da nação portuguesa completou-se nos fins do século XVI e a sua velhice, a sua decadência como corpo social, devia começar imediatamente” (10).

Mais adiante, continua:

“Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e magestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social” (11). “A existência enfim intelectual, moral e material da Idade-Média é que pode dar proveitosas lições à sociedade presente, com a qual tem muitas e mui completas analogias” (12).

Algumas páginas adiante, volta a insistir:

“... a ideia fundamental sobre que tenho procurado fixar a atenção do leitor, isto é, sobre a conveniência de se estudar exclusivamente, ou pelo menos com preferência, a história da Idade-Média, se do estudo da história queremos tirar aplicações para a vida presente” (13).

Nos *Apontamentos para a História dos Bens e da Coroa e dos Foraes* e nas *Cogitações soltas de um homem obscuro*, Herculano nada acrescenta ao que dissera nas *Cartas sobre a História de Portugal*. O pensamento é o mesmo, embora menos claro e menos desenvolvido, pois não é o motivo central destes trabalhos. Esquematizando: divide a história portuguesa em dois grandes períodos, a Idade-Média e o renascimento; afirma a Idade-Média como a grande época de Portugal e o renascimento como a época de decadência; diz ser a Idade-Média a época da *variedade*, e o renascimento a época da *unidade*; diz que na época moderna reagimos contra a *unidade renascentista* e tentamos aproximar-nos da *variedade medieval*. Aponta em consequência o estudo das instituições medievais como o mais adequado a quem queira resolver os problemas portugueses do seu tempo.

---

(10). — *Ibidem*, ps. 130-131.

(11). — *Ibidem*, p. 140.

(12). — *Ibidem*.

(13). — *Ibidem*, p. 150.

A designação de *unidade* e *unidade absoluta* com que classifica a época renascentista, parece-nos significar *centralização do poder real, monarquia absoluta*. A designação de *variedade*, que dá à Idade-Média, parece-nos ter a sua justificação na existência dos *concelhos*, das *comunas*, dos *feudos* (14) (que segundo Herculano não é o caso de Portugal) que descentralizavam a vida da nação, tornavam-na diferenciada, variada. Na Idade-Média os “elementos feudal e municipal” davam variedade à vida da nação. Com o renascimento

“o elemento monárquico foi gradualmente anulando os elementos aristocrático e democrático, ou, para falar com mais propriedade, os elementos feudal e municipal, anulando-os não como existências sociais, mas como forças políticas”, até “que o princípio monárquico se torna a única força política, que a unidade absoluta se caracteriza rigorosamente e, sem aniquilar as classes sociais, as dobra, subjuga e priva da acção pública. Servas, elas se corrompem rapidamente; a gangrena eiva por fim o próprio trono; e, em menos de um século, a nação portuguesa desaparece debaixo das ruínas da sua nacionalidade e independência” (15).

Pela ordem cronológica e também pela ordem de elaboração ideológica, depois das *Cartas sobre a História de Portugal*, dos *Apon-*

---

(14). — Herculano, quando se refere à Idade-Média com as suas instituições, a sua organização social, refere-se à Idade-Média portuguesa que ele distingue da clássica Idade-Média feudal. Diz-nos: “Muitas vezes, falando da Idade-Média portuguesa, costumamos servir-nos da expressão *tempos feudais*: estas palavras lêm-se em escritos graves, retumbam dentro do parlamento, e quantas vezes nós mesmos as teremos escrito e repetido! Todavia, em relação ao velho Portugal não há frase mais inexacta” (*Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes*, 1843-1844, *Opúsculos*, Volume VI, 2a. ed., p. 247). “Embora muitos costumes dos países da feudalidade se introduzissem entre nós, a essência da organização feudal nunca vingou na sociedade portuguesa: opunha-se-lhe a índole dela” (*Ibidem*, p. 248). “Vimos a sociedade portuguesa desenvolvendo-se, logo na sua origem, fora das condições comuns das outras sociedades nos séculos XII e XIII: vimo-la fugir, nas relações mútuas das diversas classes, e principalmente nas destas com o rei, das normas feudais” (*Ibidem*, p. 259). — Herculano escreveu um trabalho (*Da Existência ou Não-Existência de Feudalismo nos reinos de Leão, Castela e Portugal 1875-1877*, *Opúsculos*, Volume VI) de resposta e refutação de um trabalho de Cárdenas (*História da Propriedade Territorial em Espanha*) onde este historiador, membro da Academia da História de Madrid, sustentou a existência de feudalismo na Península. Herculano, no trabalho referido, seguindo de perto a conceituação de Guizot sobre o feudalismo, acaba por concluir pela não existência de feudalismo em Leão, Castela e Portugal.

(15). — *Opúsculos*, Volume V, *Cartas sobre a História de Portugal*, Carta V, 4a. ed., ps. 132-133.

*tamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes e des Cogitações soltas de um homem obscuro*, surge-nos a *História de Portugal*, onde, segundo o Prof. Paulo Merêa (16), “a filosofia é outra”. E, na realidade, a filosofia é outra. Nestes primeiros trabalhos — *Cartas sobre a História de Portugal, Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes, e Cogitações soltas de um homem obscuro* — Herculano não faz mais do que uma apreciação de duas épocas históricas e incitar ao estudo de uma delas, assegurando-nos que era a que estava mais profundamente de acordo com a índole da nação, afinal a que nos levou à perda da independência tinha características bem diferentes, fora esta que aniquilara aquela. Na *História de Portugal* não há apenas uma apreciação estática de duas épocas históricas. Na *História de Portugal*, a filosofia é bem diferente: os fundamentos com que aconselha a volver os olhos para a Idade Média obedecem a toda uma interpretação geral da história. Diz Herculano na *História de Portugal*:

“Na essência de todas as associações humanas e em todas as épocas e por toda a parte actuam dois princípios: um de ordem moral, íntimo, subjectivo; outro de ordem material, visível, objectivo. É o primeiro o sentimento inato da dignidade e liberdade pessoal; é o segundo o facto constante e indestrutível da desigualdade entre os homens. As revoluções interiores das sociedades, as suas lutas externas, as mesmas mudanças lentas e pacíficas da sua índole e organização constituem fases mais ou menos perceptíveis do ascendente que toma um ou outro desses dois princípios em luta perpétua entre si. Cavando até ao âmago de qualquer grande facto histórico, lá vamos encontrar esse perpétuo combate” (17).

Herculano fala-nos da existência de dois princípios que sustentam uma luta eterna: o princípio da liberdade e o princípio da desigualdade (18).

---

(16). — *O Liberalismo em Portugal*, in Biblos, Volume XVII, Tomo II, 1941, p. 740.

(17). — *História de Portugal*, Volume VI. 8a. ed., ps. 86-87 (Sublinhados meus).

(18). — O liberalismo político de Herculano tem como base estes mesmos dois princípios, o da liberdade e o da desigualdade. Ver o nosso livro sobre *As ideias políticas e sociais de Alenxadre Herculano*, Lisboa, 1949, ps. 21-40; ou, 2a. ed., Lisboa, 1971, ps. 25-42. Escrevemos neste livro, p. 32 ou p. 35 da 2a. ed.; “Para Herculano, a liberdade e a desigualdade são dois princípios estreitamente ligados, eternos e imutáveis. Para o democrata, ..., em vez da desigualdade, junta-se à liberdade a igualdade”.

*A história das sociedades humanas reduz-se às linhas gerais da luta entre os dois princípios que são da essência de todas as associações humanas de todas as épocas e de todos os lugares.* Na luta entre eles, algumas vezes um sobrepõe-se ao outro e predomina, mas este predomínio é efémero, pois as sociedades em todas as épocas e em toda a parte tendem para o compromisso e a coexistência dos dois princípios eternos. Este compromisso e coexistência, este equilíbrio, dá a fórmula político-social perfeita, aquela para que toda a sociedade tende, aquela que era a das instituições medievais “na verdade bárbaras e incompletas, mas que, apesar da sua imperfeição e rudeza, continham os elementos de equilíbrio entre a desigualdade e a liberdade” (19).

Quando qualquer dos dois princípios predominar, teremos uma das duas tiranias possíveis para Herculano, ou a tirania do maior número ou a tirania de um só,

“a democracia absoluta, que desmente a lei natural das desigualdades humanas, ou a oligarquia opressora e materialista que se ri das aspirações do coração, que não crê na consciência das multidões, que confunde o facto da superioridade com o direito de oprimir as classes populares, cujos membros são para ele simples máquinas de produção destinadas a proporcionar-lhes os cómodos gozos da vida” (20).

Pelas próprias palavras de Herculano, a harmonia entre os dois princípios é uma

“lei eterna que não é lícito ofender impunemente” pois “nunca a liberdade e a paz poderão subsistir enquanto concessões mútuas não tornarem possível a coexistência e simultaneidade dos dois princípios”.

Na *História de Portugal* não há apenas, como já dissemos, uma apreciação estática de duas épocas históricas, mas, pelo contrário, há a noção de movimento, de *devir*, integrada numa ordenação lógica a partir da qual todo o arbitrário parece desaparecer. Aparacem-nos dois princípios de todos os tempos e de todos os lugares, isto é, dois princípio sbasolutos, a liberdade e a desigualdade. A luta pelo predo-

---

(19). — *História de Portugal*, Volume VI, 8a. ed., p. 89 (Sublinhados meus).

(20). — *Ibidem*, p. 88.

mínio de qualquer deles desenrola-se através de toda a história. Mas o estádio ideal é aquele em que haja coexistência, estádio esse para que sempre se tende e que é o da fórmula político-social perfeita. Qualquer estádio que não seja este, embora necessário (21), é efémero, transitório, corresponde a fórmulas político-sociais imperfeitas, seja a democracia igualitária, o despotismo das massas, ou seja o despotismo absolutista, o despotismo de um só. A Idade-Média foi a época da coexistência dos dois princípios, do equilíbrio entre a desigualdade e a liberdade. Daí a preferência que Herculano lhe dá.

A mudança permanente, o devir perpétuo da filosofia de Herculano, não é um devir *circular* em que tudo caminha sempre para o mesmo alvo, passando sempre pelas mesmas fases. É em espiral e, como tal, cada nova fase e cada novo alvo aparecem sempre em estádios novos de desenvolvimento. A volta que Herculano preconiza à Idade-Média não pode confundir-se com uma volta pura e simples aos séculos XIII ou XIII, mas com uma volta a alguns princípios gerais da nossa Idade-Média, convenientemente adaptados à vida do século XIX. Herculano chega a pensar que um dia, depois de dolorosas tragédias, a Europa chegará a reconhecer que a maneira de resolver muitos dos seus grandes problemas, como o da incompatibilidade entre o Capital e o Trabalho, será

---

(21). — Em vários passos da obra de Herculano se pode ver claramente quanto o *contingente* e o *arbitrário* andam arredados da sua filosofia da história. O *necessário* é dela critério fundamental. Como exemplo, vejamos estes textos, ainda anteriores à sua acabada filosofia da *História de Portugal*: “Esta interrupção das formas exteriores da vida política moderna foi, absolutamente falando, um mal ou foi um bem? Não o sei; mas sei que foi uma necessidade” (*Opúsculos*, Volume V, *Cartas sobre a História de Portugal*, 1842, Carta V, 4a. ed., p. 145); “Porque cumpre confessar que, se o absolutismo pesou duramente na Europa, também facilitou de um modo admirável a ligação e harmonia do corpo social” (*Ibidem*, ps. 145-146); “Foi por isso que já confessei ignorava se esse grande acontecimento tinha sido um mal ou um bem, contentando-me com saber que havia sido uma necessidade” (*Ibidem*, p. 150); “Não é um desar, um nome desonroso que nós queiramos aqui apagar na fronte do passado — o feudalismo foi um meio de progresso, um elemento de ordem, e por consequência um bem, enquanto a civilização precisou dele...” (*Opúsculos*, Volume VI, *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes*, 1843-1844, 2a. ed., ps. 247-248). Guizot na *Histoire de la Civilisation en Europe* também diz, acerca da revolução absolutista, centralizadora: “... il faut comprendre que cette révolution était non seulement inévitable, mais utile” (*Histoire de la Civilisation en Europe*, 6a. ed., Paris, 1855, XIe Leçon, p. 311). E acerca do feudalismo: “Une bonne preuve, Messieurs, qu'au Xe. siècle le régime féodal était nécessaire, et le seul état social possible, c'est l'universalité de son établissement” (*Ibidem*, IVe Leçon, p. 98).

“restaurar, em harmonia com a ilustração do século, as instituições municipais, aperfeiçoadas sim, mas acordes na sua índole, nos seus elementos com as da Idade-Média” (22).

## 2. — AS FONTES QUE HERCULANO CONHECEU.

### a. — *A utilidade da História.*

Já vimos quanto Herculano olhava para os estudos históricos como alguma coisa de útil, alguma coisa em que procurava doutrina para o presente, alguma coisa que um dia mais tarde viesse a transformar-se numa ciência que, pela sua aplicação, pudesse vir a resolver mais de um problema de organização social futura. É sobre este assunto que Guizot escreve:

“Étudiée dans cet esprit de constance et de liberté, l'histoire devient une science applicable, pleine de lumières sur les intérêts du présent et les chances de l'avenir, l'école de la vie; comme l'appelle Cicéron, l'école pratique des affaires publiques, comme la concevait et l'a écrite Polybe” (1).

Herculano chega a afirmar, numa carta a Oliveira Martins:

“O único intuito do que escrevi foi deixar às gerações futuras em Portugal alguns meios para uma coisa que me parece hão-de algum dia tentar fazer, isto é, tornar as instituições mais harmónicas, mais consequentes com as tradições e índole desta família portuguesa” (2).

Repare-se bem: *o único intuito do que escrevi...* Para Herculano a História era uma arma na sua luta pela instauração da organização político-social que julgava adaptar-se melhor à vida do seu país. Não devemos esquecer-nos que Herculano, antes de ser historiador, fugiu de Portugal, lançando-se na incómoda aventura da emigração, para não ser obrigado a conhecer as masmorras ou a força miguelistas. Thierry diz, no prefácio de uma das suas obras:

(22). — *História de Portugal*, Volume VI, 8a. ed., p. 90. — Este segundo parágrafo segue o nosso livro sobre *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, no Capítulo *O Historicismo*, ps. 74-84; ou, ps. 70-72 da 2a. ed., Lisboa, 1971.

(1). — *Essais sur l'histoire de France*, 9a. éd., Paris, 1857. Préface, ps. V-VI.

(2). — *Cartas*, Volume I, *Carta a Oliveira Martins*, Val de Lobos, 1872, 1a. ed., ps. 223-224.

“En 1817, préoccupé d'un vive désir de contribuer pour ma part au triomphe des opinions constitutionnelles, je me mis à chercher dans les livres d'histoire des preuves et des arguments à l'appui de mes croyances politiques” (3). E conclui: “En me livrant à ce travail avec tout l'ardeur de la jeunesse, je m'aperçus bientôt que l'histoire me plaisait pour elle-même, comme tableau du temps passé, et indépendamment des inductions que j'en tirais pour le présent” (4).

E conclui:

Como se vê, certa semelhança existe na maneira como ambos, Herculano e Thierry, encaram a História e a sua função na vida das sociedades humanas. Há outro texto de Thierry, onde ele explica como chegou à sua concepção da História, como se afastou da História exclusivamente erudita. Diz Thierry:

“Toujours préoccupé d'idées politiques et du triomphe de la cause à laquelle j'avais dévoué ma plume, si je songeais à devenir historien, c'était à la manière des écrivais de l'école philosophique, pour abstraire du récit un corps de preuves et d'arguments systématiques, pour démontrer sommairement, et non pour raconter avec détail” (5).

E ainda não é neste ponto que deixa de existir certa semelhança com Herculano. Thierry

“toujours préoccupé d'idées politiques”,

Guizot com uma vida cheia de ação política, Herculano se durante quase toda a sua vida pareceu afastado da ação política, o que é certo é que nunca deixou os negócios políticos, embora quase que permanentemente atrás dos bastidores: ele não aparecia, mas quase sempre alguém aparecia por ele, aconselhado por ele, por ele doutrinado (6).

---

(3). — *Lettres sur l'histoire de France*, 7e. éd., Paris, 1842, Avertissement, p. 2.

(4). — *Ibidem*.

(5). — *Dix ans d'études historiques*, 4e. éd., Paris, 1842, Préface, 10 nov. 1834, p. 12.

(6). — Este parágrafo segue o nosso livro sobre *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, no Capítulo *Fontes do Historicismo*, ps. 154-156; ou, ps. 140-142 da 2a. ed., Lisboa, 1971.

b. — *A história de Portugal.*

Vimos que Herculano tinha como que duas filosofias, a das *Cartas sobre a História de Portugal* e a da *História de Portugal*. No primeiro destes trabalhos, Herculano aconselhava a que todos volvessem os olhos para a Idade-Média, pois fora essa a época da robustez moral da nação portuguesa. Fora a época da *variedade* que se contrapunha à do renascimento, a da *unidade*. A *descentralização* opunha-se à *centralização*.

“Os elementos feudal e municipal”

davam variedade à nossa vida medieval que não se pode confundir com qualquer outra, pois

“a essência da organização feudal nunca vingou na sociedade portuguesa” (7).

E é ao municipalismo, aos concelhos, que Herculano vai buscar o que há-de ser a liberdade moderna, chegando até a pensar que o grande meio de resolver os mais complexos problemas da nossa época, será

“restaurar, em harmonia com a ilustração do século, as instituições municipais, aperfeiçoadas sim, mas acordes na sua índole, nos seus elementos com as da Idade-Média” (8).

Também Thierry afirma que nas comunas medievais estava o berço da liberdade moderna. Diz o historiador francês:

“Vers le même temps, je commençai à me préoccuper d'une autre idée historique, dont l'influence n'a pas été moins grande sur mes travaux postérieurs; c'est celle de la révolution communale. Sur la simple lecture des écrivains modernes de l'histoire de France, il me parut que l'affranchissement des communes était toute autre chose que ce qu'ils en raccontaient; que c'était une véritable révolution sociale, prélude de toutes celles qui ont élevé graduellement la condition du thiers état; que là se trouvait le berceau de notre

(7). — *Opúsculos*, Volume VI, *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes*, 1843-1844, 2e. éd., p. 248.

(8). — *História de Portugal*, Volume VI, 8e. ed., p. 90.

liberté moderne, et qu'ainsi la rôture, aussi bien que la noblesse de France, avait une histoire et des ancêtres” (9).

Na *História de Portugal* Herculano fundamenta melhor, como vimos, a sua interpretação da história de Portugal. Pode sintetizar-se a sua filosofia da história, inserta na *História de Portugal*, por estas palavras que são dele próprio:

“Na essência de todas as associações humanas e em todas as épocas e por toda a parte actuam dois princípios: um da ordem moral, íntimo, subjectivo, outro da ordem material, visível, objectivo. É o primeiro o sentimento inato da dignidade e liberdade pessoal; é o segundo o facto constante e indestrutível da desigualdade entre os homens. As revoluções interiores das sociedades, as suas lutas externas, as mesmas mudanças lentas e pacíficas da sua índole e organização constituem factos mais ou menos perceptíveis do ascendente que toma um ou outro desses dois princípios em luta perpétua entre si. Cavando até ao âmago de qualquer grande facto histórico, lá vamos encontrar esse perpétuo combate” (10).

Guizot no prefácio da 6<sup>a</sup> edição da *Histoire de la Civilisation en Europe*, escreve:

“Deux grandes forces et deux grands droits, l'autorité et la liberté, coexistent et se combattent naturellement au sein des sociétés humaines. Dans le monde ancien, jusqu'à l'Europe chrétienne, et quoique nulle part l'une de ces deux puissances n'ait jamais pleinement aboli l'autre, ce que Dieu ne permet pas, la domination, une domination décidée et permanente avait toujours appartenu à l'une ou à l'autre; les nations avaient vécu, tantôt sous le joug presque absolu de l'autorité, tantôt en proie aux continuels orages de la liberté. C'est le glorieux et original caractère de la civilisation enroupennne, depuis qu'elle s'est développée sous l'influence évidente ou obscure, acceptée ou méconnue, de l'Évangille, que l'autorité et la liberté y ont vécu et grandi ensemble, côte à côte, luttant toujours sans jamais se réduire mutuellement à l'impuissance, sujettes, l'une et l'autre à des oscillations, à des retours de fortune qui ont fait, à travers une longue série de siècles, la destinée des gouvernements et des peuples. L'Europe chrétienne

(9). — *Dix ans d'études historiques*, 4e. éd., Paris, 1842, Préface, 10 nov. 1834, ps. 5-6.

(10). — *História de Portugal*, Volume VI, 8a. ed., ps. 86-87.

n'a jamais subi l'empire incontesté de l'un des deux principes rivaux; le vaincu est toujours resté en état de se défendre et avec des chances de redevenir vainqueur” (11). E acrescenta: “En retracant les origines et le cours de la civilisation européenne, j'en ai fait ressortir ce grand caractère; mais je l'ai fait ressortir en historien, non en avocat, sans prendre parti pour l'un ou contre l'autre des deux principes qui ont présidé simultanément à cette histoire” (12).

Para Herculano, a história das sociedades humanas reduz-se às linhas gerais da luta entre dois princípios, de todos os tempos e de todos os lugares: o princípio da liberdade e o princípio da desigualdade. Na sua luta, algumas vezes um deles predomina, mas esse predomínio é efémero, pois as sociedades, na sua evolução, tendem sempre para o compromisso e coexistência dos princípios citados.

Guizot põe o problema em termos muito semelhantes no extenso texto citado. Herculano fala-nos do princípio da liberdade e do princípio da desigualdade. Guizot fala-nos de

“deux grandes forces et deux grands droits, l'autorité et la liberté” que “coexistent et se combattent naturellement au sein des sociétés humaines”.

Também a ideia da coexistência dos princípios ressalta da doutrina de Guizot:

“... l'autorité et la liberté y ont vécu et grandi ensemble, côte à côte, luttant toujours sans jamais se réduire mutuellement à l'impuissance, sujettes l'une et l'autre à des oscillations, à des retours de fortune qui ont fait, à travers une longue série de siècles, la destinée des gouvernements et des peuples”.

Certa identidade, como se vê, existe entre a filosofia de Herculano e a de Guizot. Mas uma dificuldade surge: este prefácio da 6<sup>a</sup> edição da *Histoire de la Civilisation en Europe* é de 1855 e cerca de 1853 Herculano tinha toda a sua *História de Portugal* não só estruturada, mas até publicada. Este fato parece, à primeira vista, intransponível, tanto mais que este prefácio não aparece em mais nenhuma das obras de Guizot que possam ter influenciado Herculano. No entanto, pare-

(11). — *Histoire de la Civilisation en Europe*, Préface de la 6e. éd., nov. 1855, ps. XIII-XIV.

(12). — *Ibidem*.

ce-nos que, se Herculano não leu este prefácio, leu muitas obras de Guizot e a própria *Histoire de la Civilisation en Europe*, que afinal é orientada por esta filosofia. O próprio Guizot nos diz, em texto atrás citado, que

“En retracant les origines et le cours de la civilisation européenne, j'en ai fait ressortir ce ce grand caractère;...”.

E, a confirmar estas palavras, podemos citar um texto deste trabalho de Guizot, onde nos aparece a luta dos princípios de autoridade e liberdade, ou seja, para Herculano, a luta dos princípios da desigualdade e da liberdade. Diz Guizot:

“Tandis que, dans les autres civilisations, la domination exclusive, ou du moins la prépondérance excessive d'un seul principe, d'une seule forme, a été une cause de tyranie, dans l'Europe moderne, la diversité des éléments de l'ordre social, l'impossibilité où ils ont été de s'exclure l'un l'autre, ont enfanté la liberté qui règne aujourd'hui. Faute de pouvoir s'exterminer, il a bien fallu que les principes divers vécussent ensemble, qu'ils fussent entre eux une sorte de transaction. Chacun a consenti à n'avoir que la part de développement qui pouvait lui revenir; et tandis qu'ailleurs la prédominance d'un principe produisait la tyranie, en Europe la liberté est résultée de la variété des éléments de la civilisation, et de l'état de lutte dans lequel ils ont vécu” (13).

A tirania, para Guizot, provinha sempre do predomínio de um dos princípios, tal como para Herculano. Era precisamente deste predomínio que nascia, segundo Herculano, ou a tirania de um só, o absolutismo, ou a tirania de muitos, a democracia igualitária. Tanto para Guizot como para Herculano, a coexistência dos princípios dá a ordem social perfeita, a ordem social em que é preservada a liberdade humana, em suma, a ordem liberal, oposta, para um lado, ao absolutismo e para o outro à democracia. Guizot fala-nos também “de la variété des éléments de la civilisation”, que é, nem mais nem menos, a variedade medieval que Herculano desejava tornar a ver aparecer na sua época, embora com as modificações que os novos tempos exigissem.

É nesta linha de pensamento que o romantismo olha muito para a Idade-Média, a Idade-Média da variedade, a Idade-Média berço da liberdade, glosando as palavras célebres de Madame Staël. Thierry diz:

---

(13). — *Ibidem*, 6e. éd., 2e. Leçon, p. 40.

“C'est l'indépendance qui est ancienne, c'est le despotisme qui est moderne, a dit énergiquement Madame Staël; et dans ce seul mot elle a retracé toute notre histoire, et l'histoire de toute l'Europe” (14).

Já páginas atrás o mesmo autor dissera que

“... la liberté n'y est pas née d'hier” (15).

Herculano, no Opúsculo sobre *Mousinho da Silveira ou la Révolution Portugaise*, afirma:

“... en étudiant les institutions de notre moyen-âge on y découvre presque tous les principes de liberté, qu'on croit avoir découverts de nos jours...” (16).

Noutro trabalho ainda, Herculano nos diz:

“Em Portugal o despotismo é que é moderno, e a liberdade antiga” (17).

### 3. — AS FONTES QUE HERCULANO IGNOROU.

#### a. — *A literatura portuguesa de viagens.*

É um fato incontestável que a história de Portugal, e até a história da Civilização Ibérica — ou melhor, das Civilizações Ibéricas (18) — avultam na história Universal mercê dos Descobrimentos Ma-

(14). — *Dix ans d'études historiques* (Coup d'ceil sur l'histoire d'Espagne-Courrier Français, 6 nov. 1820), 4e. éd., Paris, 1842, p. 376.

(15). — *Ibidem*, Sur les Libertés Locales et Municipales-Censeur Européen, 2 fév. 1820, p. 298.

(16). — *Opúsculos*, Vol. II, *Mousinho da Silveira ou la Révolution Portugaise*, 1856, 1a. ed., brasileira, p. 212.

(17). — *Ibidem*, Vol. VII, *O País e o Nação*, 3a. ed., p. 112. — Este parágrafo segue o nosso livro sobre *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, no Capítulo *Fontes do Historicismo*, ps. 170-178; ou, na 2a. ed., Lisboa, 1971, ps. 154-160.

(18). — Ver sobre a Unidade ou a Dualidade da Civilização Ibérica: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, 1936 (5a. ed., 1939); *Visão do Paraíso* (*Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*), 2a. ed., revista e ampliada, São Paulo, 1969; Robert Ricard, *La dualité de la Civilisation Hispanique et l'histoire religieuse du Portugal*, in *Revue Historique*, Tome CCXVI, Paris, juillet-septembre 1956; reedição in Robert Ricard, *Etudes sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*, Fundação Ca-

rítimos e da Expansão dos Séculos XV e XVI. Só os Descobrimentos e a Expansão puderam ter dado origem a algo de *inteiramente novo* na história da Humanidade que tenha provindo de Portugal.

Do primeiro quartel ao fim do século XV, os portugueses levam a cabo esta série de empresas, destinadas a revolucionar toda a história da Humanidade. Uma nova literatura surge, graças a esta extraordinária aventura humana. Literatura a que podemos chamar, se empregarmos esta palavra num sentido bem amplo e genérico — *Literatura Portuguesa de Viagens*.

As primeiras empresas de descobrimento remontam ao primeiro quartel do século XV. As primeiras obras desta literatura surgem por meados deste mesmo século. A vida precede a consciência.

Esta literatura, bem *sui generis*, estende-se pela segunda metade do século XV, por todo o século XVI, pelo século XVII afora..., mas para que não sejamos levados, neste momento, a debruçar-nos sobre uma longa lista de nomes e de títulos, concentremos a nossa atenção numa amostra que nos parece suficientemente representativa e que nos é dada por aquilo a que poderemos chamar a *Literatura Portuguesa de Viagens da Época dos Descobrimentos*, isto é, a Literatura Portuguesa de Viagens da segunda metade do século XV e primeiros anos do século XVI. Mais precisamente: a Literatura Portuguesa de Viagens que se estende de 1453, data da redação por Gomes Eanes de Zurara da *Crónica dos feitos de Guiné* (19), até 1508, data em que Duarte

---

louste Aulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1970, ps. 13-31; Augusto Querido, *Éléments pour une sociologie du conformisme catholique au Portugal*, in *Archives de Sociologie des Religions*, éd. du C. N. R. S., nº 7, Paris, janvier-juin, 1959; Joaquim Barradas de Carvalho, *Portugal e a União Ibérica*, in *Comentário*, Publicações do Instituto Brasileiro Judaico de Cultura e Divulgação, Rio de Janeiro, 1956; *Portugal, a Europa e o Atlântico na Historiografia Contemporânea*, in *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, São Paulo, 6 e 13 de junho de 1970; *Portugal, a Europa e o Atlântico na obra de Alexandre Herculano*, in *Diário de Lisboa*, 1 e 21 de fevereiro de 1971; *Le Portugal l'Europe et l'Atlantique dans l'Aeuvre d'Alexandre Herculano*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*..., Paris, em publicação.

(19). — Ver sobre os manuscritos, as edições, e os principais estudos sobre a *Crónica dos feitos de Guiné*, as nossas publicações: *L'historiographie portugaise contemporaine et la littérature de voyages à l'époque des grandes découvertes*, in *Iberida* — Revista de Filologia —, nº 4, Rio de Janeiro, dezembro de 1960; *As Edições e as Traduções da "Crónica dos feitos de Guiné"*, in *Revista de História*, nº 61, São Paulo, janeiro-março de 1965; *Literatura de Viagens*, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Iniciaativas Editoriais, Volume IV, Lisboa, 1970; *A Literatura Portuguesa de Viagens (Séculos XV, XVI e XVII)*, in *Revista de História*, nº 81, São Paulo, janeiro-março de 1970.

Pacheco Pereira abandonou inacabada a redação do seu *Esmeraldo de situ orbis* (20).

É a época dos descobrimentos, é a época dos primeiros escritos que dizem respeito a esses descobrimentos. Toda uma nova literatura nasce então. Uma nova literatura que teve obrigatoriamente autores novos. Autores forçosamente muito diferentes dos seus predecessores. Como relatores, existiam na Idade-Média os cronistas. Na alvorada de uma nova Idade, outros relatores surgem: são os autores da chamada Literatura de Viagens. Homens novos, vivendo num outro clima social e mental, homens com outros interesses e tendo uma nova escala de valores para julgar as coisas e os acontecimentos. A sua origem, o seu meio social, o seu género de vida, são diferentes. E com o seu género de vida a sua consciência. E no entanto, observando-os de perto, verificamos que existem, mesmo entre eles, diferenças bem nítidas. A sociedade não é homogénea, e consequentemente a literatura também o não é, mesmo se atentarmos numa só parcela desta literatura e desta sociedade. Existem os cronistas, ainda nos moldes medievais; surgem os que descrevem terras que diretamente conheciam, ou que conheciam apenas através de relatos de outrém; surgem os que relatam os acontecimentos dia a dia, ao sabor das peripécias das viagens; surgem ainda os técnicos de navegação que escrevem os roteiros, os livros de geografia, os livros de cosmografia, os regimentos de navegação ou guias náuticos. Podem mesmo encontrar-se alguns que fazem de tudo um pouco: são ao mesmo tempo roteiristas, geógrafos, cosmógrafos, e às vezes também historiadores e cronistas.

Falamos de tempos em que ainda só as classes dominantes tinham o privilégio da cultura. Ler e escrever não era então apanágio de toda a gente. E estes homens, estes escritores da literatura de viagens, como quaisquer outros escritores do tempo, pertenciam obrigatoriamente às classes dominantes. Alguns pertenciam à nobreza, na maior parte dos casos eram de origem burguesa, mas estes mesmos tinham a sua vida ligada à nobreza, senão mesmo à realeza. Podem no entanto ser classificados entre os primeiros intelectuais de uma burguesia que acaba de nascer, ainda indecisa, ainda sem consciência da sua existência como classe social. Por estas épocas é sobretudo a profissão que os distingue, profissões ligadas a atividades que são outras tantas alavancas da burguesia nascente.

---

(20). — *Ibidem*; ver relação completa das nossas publicações sobre o *Esmeraldo de situ orbis* no último estudo acima citado; ver sobretudo *As Edições e as Traduções do "Esmeraldo de situ orbis"*, in *Revista de História*, nº 58, São Paulo, abril-junho de 1964.

Se atentarmos na evolução da mentalidade revelada por estas obras da Literatura Portuguesa de Viagens da Época dos Descobrimentos, verificamos ser ela aparentemente muito fácil de surpreender: de Gomes Eanes de Zurara a Duarte Pacheco Pereira, que distância!... mas façamos desde já notar que Zurara e Pacheco pertencem a dois grupos bem distintos, senão do ponto de vista social, seguramente do ponto de vista profissional. Note-se que um cronista de meados do século XV, como Gomes Eanes de Zurara, está menos longe de um homem como João de Barros que viveu quase um século mais tarde, do que de um Valentim Fernandes, de um Álvaro Velho, de um Pero Vaz de Caminha, que lhe são quase contemporâneos. A verdade é que, para além de uma evolução geral, tomando em bloco todas as obras, é possível distinguir vários géneros com a sua evolução específica. Basta que olhemos para o interior de cada grupo social, e sobretudo profissional. Falta de homogeneidade na sociedade, falta de homogeneidade na literatura, mesmo se nos referirmos sómente ao caso particular da Literatura de Viagens. Chegamos assim a distinguir, para o período que se estende de meados do século XV aos primeiros anos do século XVI — com o simplismo inerente a toda a esquematização —, quatro gêneros bem definidos, a saber: *Crónicas*, *Descrições de terras*, *Diários de bordo*, e *Roteiros*.

Para este período, de pouco mais de meio século, não dispomos de mais de uma dúzia de obras, exatamente treze — quantidade certamente bem escassa relativamente ao número das que na época foram redigidas. Mas, se por um lado, muitas dessas obras devem ter desaparecido para sempre, por outro, algumas poderão ainda estar sepultadas no pó dos caóticos arquivos portugueses, se não mesmo no pó de alguns arquivos estrangeiros. Houve até quem construísse toda uma teoria, chamada do *sigilo* ou do *segredo* nos descobrimentos portugueses, que explicaria o desaparecimento destas obras por uma deliberada política de sonegação (21).

Vejamos agora quais foram estas primeiras treze obras da chamada Literatura Portuguesa de Viagens. Entre elas contamos uma *Crônica*: a bem conhecida *Crônica dos feitos de Guiné*, redigida em 1453,

(21). — Ver sobre o *sigilo* ou o *segredo* nos Descobrimentos Portugueses os estudos de Jaime Cortesão: *Do sigilo nacional sobre os descobrimentos*, in revista *Lusitânia*, Lisboa, 1924; *Los Portugueses*, in *História de America*, Volume III, Barcelona-Buenos Aires, 1947; *A política de sigilo nos descobrimentos*, in *Coleção Henriqueira*, 1960; *Os Descobrimentos Portugueses*, Volume I, pgs. 477 e seguintes. Ver em Duarte Leite a crítica das teses de Jaime Cortesão: *O sigilo nacional dos descobrimentos*, in “*Ácerca da Crônica dos feitos de Guiné*”, Lisboa, 1941, ps. 191-234; ou na *História dos Descobrimentos* (Colectânea de esparsos), organização, notas e estudo final de V. Magallães Godinho, Lisboa, 1959, Volume I, ps. 411-449.

por Gomes Eanes de Zurara, utilizando uma crônica anterior de um Afonso Cerveira. Trata-se da única obra contemporânea do Infante D. Henrique em que se relatam os seus descobrimentos africanos (22), Três *Descrições de terra: o De prima inuentione Guynee*, texto redigido em latim, na última quinzena do século XV, por Martin Beahim, ou Martinho da Boémia, a partir de um relato oral que lhe teria feito Diogo Gomes, velho marinheiro e navegador do tempo do Infante D. Henrique, e mais tarde almoxarife em Sintra (23); a *Descrição de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia...* (24), e *Das ylhas do mar oceano* (25), a primeira redigida em 1507, a segunda muito provavelmente também nessa mesma data, e ambas da autoria de Valentim Fernandes. Seis *Diários de bordo*: o mais antigo dos quais é o *Diário da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia* (26), escrito entre 1497 e 1499, por Álvaro Velho, certamente o Álvaro Velho do Barreiro de que nos fala Valentim Fernandes numa das suas descrições; a célebre *Carta de Pero Vaz de Caminha* (27); o *Diário anónimo da viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia*, em 1500, conhecido sob o título moderno de *Relação do Piloto Anónimo* (28); o chamado *Diário de Tomé Lopes* (29), diário da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1502, e que relata a viagem dos cinco navios sob o comando de Estêvão da Gama que partiram de Lisboa no dia 5 de Abril desse mesmo ano; o *Diário anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia*, em 1502, que relata a viagem dos quinze navios saídos de Lisboa em 10 de Fevereiro desse mesmo ano, sob o comando de Vasco da Gama (30); finalmente,

(22). — Ver nota 19.

(23). — Ver a bibliografia sobre o assunto no nosso estudo já acima citado: *A Literatura Portuguesa de Viagens (Séculos XV, XVI e XVII)*, in *Revista de História*, nº 81, São Paulo, janeiro-março de 1970. Ver sobretudo: *Diogo Gomes*, in *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Volume II, 1965.

(24). — *Ibidem*. Ver sobretudo: *Valentim Fernandes*, in *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Volume II, 1965.

(25). — *Ibidem*.

(26). — *Ibidem*. Ver sobretudo: *Álvaro Velho*, in *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Volume IV, 1970.

(27). — *Ibidem*; ver o nosso estudo acima citado, nota 23, sobre *A Literatura Portuguesa de Viagens...*

(28). — *Ibidem*. Ver *Tomé Lopes*, in *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Volume II, 1965.

(29). — *Ibidem*.

(30). — *Ibidem*. Ver sobretudo: *Note sur la littérature portugaise de voyages de l'époque des grandes découvertes y compris un journal peu connu du deuxième voyage de Vasco de Gama aux Indes*, in *Actes du Colloque "Vasco de Gama et son temps"*, Université de Strasbourg II, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, no prelo.

o *Diário da viagem de D. Francisco de Almeida à Índia*, em 1505-1506, muito provavelmente redigido por um Hans Mayr de quem nada sabemos (31). Dois Roteiros: os roteiros anónimos do século XV, insertos no célebre *Manuscrito Valentim Fernandes*, que devem remontar a data bem anterior a 1500, e que coerentemente agrupamos sob o título geral de *Livro de Rotear*, os mais antigos roteiros conhecidos da literatura portuguesa (32); e o roteiro que contém a obra complexa, a obra-síntese que é o *Esmraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco Pereira, redigido entre 1505 e 1508 (33). Finalmente, a *Crônica da Guiné* inserta no *Manuscrito Valentim Fernandes*, obra que hesitamos em classificar de maneira nítida, pois se à primeira vista a devíamos colocar entre as *Crônicas*, a verdade é que Valentim Fernandes ao resumi-la, em 1506, lhe deu características que a aparentam aos textos classificados entre as *Descrições de terras*. Valentim Fernandes, autor de duas *Descrições*, ao resumir e arranjar a *Crônica dos feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, suprimiu uma grande parte dos textos que a caracterizariam como *Crônica* (34).

Esta Literatura Portuguesa de Viagens de que fazem parte obras da mais elevada expressão cultural, confunde-se com as fontes para o estudo dos Descobrimentos Portugueses (35).

Se pensarmos agora na importância desta Literatura de Viagens, que se confunde com a Literatura Científica ligada aos Descobrimentos, somos levados a afirmar que ele representa o que de mais original produziu até hoje a Cultura Portuguesa. Tanto no aspecto técnico, como científico, e até — porque não? —, filosófico (36), nunca os portugueses atingiram um tal domínio deles próprios e da sua expressão cultural. Duarte Pacheco Pereira no seu *Esmraldo de situ orbis*, Pedro Nunes na sua vasta obra de matemático (37), D. João de Castro

---

(31). — *Ibidem*. Ver sobretudo: *Hans Mayr*, in *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, Volume II, 1965.

(32). — *Ibidem*. Ver *Valentim Fernandes*, in *Dicionário...*, artigo citado na nota 24.

(33). — *Ibidem*. Ver nota 20.

(34). — Ver os nossos estudos: *A mentalidade, o tempo e os grupos sociais (Um exemplo português da época dos descobrimentos: Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes)*, in *Revista de História*, nº 15, São Paulo, julho-setembro de 1953; *Mentalité, Temps, Groupes Sociaux (Un exemple portugais)*, in *Annales (Économies-Sociétés-Civilisations*, nº 4, Paris, outobre-décembre 1953.

(35). — Ver o nosso estudo citado no nota 23.

(36). — *Ibidem*.

(37). — *Ibidem*.

nos seus *Roteiros* (38) e no seu *Tratado da Esfera* (39), Garcia de Orta nos seus *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (40), são a mais alta expressão deste surto cultural e mental. Ainda que a importância desta literatura esteja completamente em desproporção com o interesse que lhe sido dispensado pela historiografia portuguesa, ao ponto dos poucos estudos válidos e das poucas edições sérias constituirem exceção, a verdade é que alguns historiadores portugueses e brasileiros, graças a indícios recolhidos quase ao acaso, não se esqueceram de proclamar a originalidade e a importância deste capítulo da literatura e da cultura portuguesas (41).

A Literatura Portuguesa de Viagens e a Literatura Científica a esta estreitamente associada, especialmente se tomarmos em conta as obras, tão diferentes umas das outras, de um Duarte Pacheco Pereira, de um Pedro Nunes, de um D. João de Castro, de um Garcia de Orta, parece-nos estarem na linha de evolução e de revolução, de uma como que *pré-história do pensamento, da filosofia, e da ciência modernas*, na medida em que esta tem como conceitos-chave: por um lado, a penetração do número, da medida, da medida precisa, da medida exata, na vida — a quantificação da vida, a matematização do real, em suma (42); por outro, o conceito de experiência, desde a experiência bruta, mera observação do senso comum, uma experiência que não é mais do que observação, até à experiência que se prepara, à experiência que é uma questãoposta à natureza, e posta numa linguagem geométrica e matemática (43).

Enfim, obras que não contendo de modo algum uma filosofia sistemática, coisa que certamente, seguramente, não passou sequer pela cabeça dos seus autores, apresentam no entanto traços que nos levam a pensar, no quadro de uma história profunda, subterrânea, inconsciente, do pensamento, numa como que pré-história do pensamento moderno (44).

---

(38). — *Ibidem*.

(39). — *Ibidem*.

(40). — *Ibidem*.

(41). — Ver o nosso estudo *Sur l'Introduction et la Diffusion des Chiffres Arabes au Portugal*, in *Bulletin des Études Portugaises...*, Tome XX, 1958.

(43). — Ver Alexandre Koyré: *L'apport scientifique de la Renaissance*, in *Revue de Synthèse*, janvier-juin 1950, ou este mesmo estudo in *Études d'Histoire de la Pensée Scientifique*, Paris, P. U. F., 1966.

(44). — Ver o nosso estudo: *Conhecimento, História, Realidade (Por uma nova história do pensamento)*, in *Revista de História*, São Paulo, nº 86, abril-junho de 1971; ou, o nosso livro, *Da História-Crónica à História-Ciência*, Livros Horizonte, Lisboa, 1972.

b. — *As fontes dos descobrimentos.*

Dissemos que a *Literatura Portuguesa de Viagens* comprehende obras da mais elevada expressão cultural. Dissemos que estas obras se confundem com as fontes para o estudo dos descobrimentos portugueses. Vejamos agora até que ponto Herculano, ignorando obras de tão elevada expressão cultural, ignorou as mais importantes fontes para o estudos dos descobrimentos portugueses.

Mencionámos as treze primeiras obras daquilo a que chamámos a *Literatura Portuguesa de Viagens*. As treze obras conhecidas que constituem aquilo a que chamámos a *Literatura Portuguesa de Viagens da Época dos Descobrimentos*, isto é, a Literatura Portuguesa de Viagens da segunda metade do século XV, e dos primeiros anos do século XVI, aquela Literatura Portuguesa de Viagens que se estende da *Crônica dos feitos de Guiné*, redigida em 1453, por Gomes Eanes de Zurara, até ao *Esmraldo de situ orbis*, redigido, entre 1505 e 1508, por Duarte Pacheco Pereira. Estas obras constituem as fontes diretas para o estudo daquilo a que chamamos *Os Grandes Descobrimentos Marítimos Portugueses*: ilhas do Atlântico, costa ocidental e oriental da África, caminho marítimo para a Índia, descobrimento do Brasil...

Herculano que nasceu em 28 de março de 1810, e morreu em 12 de setembro de 1877, poderia ter tido conhecimento de uma grande parte destas fontes, se tivermos em conta as datas em que os manuscritos foram descobertos. De uma parte bem menor, se tivermos em conta a data da primeira impressão destas obras.

Assim, Herculano nunca poderia ter tido conhecimento do *Diário anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia*, de 1502, que relata a viagem dos quinze navios saídos de Lisboa em 10 de fevereiro desse mesmo ano sob o comando de Vasco da Gama. Trata-se de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Viena de Áustria (Codex 6.948), que só foi dado a conhecer em 1929, por Christine von Rohr, numa publicação intitulada *Beitr. zur Histor. Geographie usw., hrsg. von H. Mzik*, 1929, S. 77-83. Trata-se de um Diário praticamente desconhecido, mesmo da historiografia portuguesa contemporânea, tendo tido a sua primeira e única edição em 1939, em Leipzig, pela mesma Christine von Rohr: *Neue Quellen zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas* (K. F. Koehler Verlag/Leipzig, 1939). A data desta primeira e única edição, e o local dessa mesma edição, podem talvez explicar o generalizado desconhecimento de tal Diário...

A mais antiga referência ao manuscrito do *Esmraldo de situ orbis* encontra-se na *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, cujo

primeiro volume apareceu em 1741 (45). Ferdinand Denis menciona um manuscrito do *Esmeraldo*, entre 1831 e 1835, no seu *Atlas historique et chronologique des littératures anciennes et modernes...* (46), e ainda, entre 1854 e 1857, nos *Voyageurs anciens et modernes...* (47). Em 1850, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, no seu *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense* (48), menciona o desaparecimento do manuscrito original do *Esmeraldo*, e assinada a existência de duas cópias do século XVIII na Biblioteca Pública e Municipal de Évora. Finalmente, o texto de Duarte Pacheco tem, como base nas cópias citadas, a sua primeira edição, da autoria de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, em 1892 (49).

Se tivermos agora em conta o célebre *Manuscrito Valentim Fernandes*, vamos encontrar seis textos dos mais importantes entre as fontes dos descobrimentos: o *Livro de Rotear*; o *De prima inuentione Guynee* de Diogo Gomes e Martin Behaim; o *Diário da viagem de D. Francisco de Almeida à India*, em 1505-1506, de Hans Mayr; a *Crônica da Guiné*, resumo da *Crônica* de Zurara feito por Valentim Fernandes em 1506; e finalmente as duas *Descrições* da autoria do próprio Valentim Fernandes, a *Descripçā de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia...*, e *Das ylhas do mar oceano*. O manuscrito (*Codex monacensis hispanicus* 27) desta coletânea de textos, foi descoberto, em 1847, na Bayerische Staats-Bibliothek de Munique, por J. A. Schmeller. Uma cópia do século XIX deste manuscrito existe na Biblioteca Nacional em Lisboa (*Manuscritos Iluminados*, nº 154). Em 1900, Gabriel Pereira publica uma tradução do *De prima inuentione Guynee: Diogo Gomes. As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 17ª Série, nº 5. Em 1938, em Paris, Pierre de Cenival e Théodore Monod publicam uma parte do célebre manuscrito: *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes* (1506-1507). Em 1953, outro tanto é feito por Théodore Monod, Avelino Teixeira da Mota e Raymond Mauny, desta vez em edição de Bissau, do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa: *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de onte, Archipels)*. Finalmente, a única edição completa do célebre manuscrito só foi publicada, em 1940, sob a responsabilidade

---

(45). — p. 741.

(46). — Paris, 1831-1835.

(47). — Paris, 1854-1857.

(48). — Tomo I, ps. 3-4.

(49). — *Esmeraldo de situ orbis por Duarte Pacheco Pereira — edição comemorativa da descoberta da América por Cristóvão Colombo no seu quarto centenário sob a direcção de...*

dade da Academia Portuguesa da História: *Manuscrito Valentim Fernandes*, edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1940.

Agora dois textos conhecidos através de uma tradução italiana do século XVI, e cujos originais portugueses desapareceram: o *Diário anónimo da viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia*, em 1500, a chamada *Relação do Piloto Anónimo*, e o *Diário de Tomé Lopes*, o *Diário da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia*, em 1502, que nos dá o relato da viagem dos cinco navios saídos de Lisboa em 5 de abril, sob o comando de Estevão da Gama. Ambos foram dados a conhecer, primeiramente através da sua tradução italiana, logo em 1507, por Francanzano da Montalbocco, na coletânea intitulada: *Paesi nuovamenti retrouati. Et nuouo mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitulato*, publicada em Vicenza. É ainda na versão italiana que estes dois *Diários* são divulgados, desta vez na coletânea de Giovambattista Ramusio, cuja 1<sup>a</sup> edição é de 1550: *Primo volume delle navigation et viagg...*, publicada em Venetia. Esta coletânea teve quatro edições mais na segunda metade do século XVI, duas no século XVII, e uma no século XIX. A *Relação do Piloto Anónimo* aparece com o título: *Navigation del capitano Pedro Alvares scritta per un pilotto portolhese & tradotta de lingua Portoghesa in la Italiana*. O *Diário de Tomé Lopes* aparece nesta coletânea, com o título: *Navigationi verso le Indie Orientali scritta per Thome Lopez, scriuano de una naue Portoghesa, tradotta in lingua toscana...* De ambos os textos saiu uma tradução portuguesa em 1812, edição de Lisboa, da Academia Real das Ciências, na *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas: Navegação do Capitão Pedro Álvares Cabral, escrita por hum piloto português — traduzida da Língua Portuguesa para a Italiana e novamente do Italiano para o Português; Navegação às Indias Orientais escrita em Português por Tomé Lopes, Traduzida da Língua Portuguesa para a Italiana, e novamente do Italiano para o Portuguez*. Estas traduções portuguesas tiveram uma segunda edição, na mesma coletânea, em 1867 (50).

A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, cujo manuscrito pertence ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Gaveta XV, maço 8, nº 2), teve a sua 1<sup>a</sup> edição publicada no Rio de Janeiro, em 1817, por Manuel Aires do Casal, na *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, Tomo I, Imprensa Régia. Até 1877 foram publicadas mais dez edições da célebre *Carta*: *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, in Colecção de Notícias para a*

(50). — Ver o nosso estudo: *A Literatura Portuguesa de Viagens (Séculos XV, XVI e XVII)*, in *Revista de História*, nº 81, São Paulo, janeiro-março de 1970.

*História e Geografia das Nações Ultramarinas...*, Tomo IV, nº 3, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1826; *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, in *O Patriota Brasileiro* (periódico mensal), Paris, Buchon, 1830; Manuel Aires do Casal, *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Gueffier, 1833; Inácio Accioli Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, Tomo I, Salvador, Tip. do Correio Mercantil de Précourt, 1835; Manuel Aires do Casal, *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert Ed., 1845; João Francisco Lisboa, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, in *Jornal de Timon*, nº 10, São Luis do Maranhão, 1853; A. J. de Mello Moraes, *Corografia Histórica, Cronológica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, Tomo I, Rio de Janeiro, Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1858; *Obras de João Francisco Lisboa*, edição e reunião de Luis Carlos Pereira de Castro e A. Henrique Leal, Volume II, São Luis do Maranhão, Tip. de B. de Mattos, 1865 (texto da *Carta* anteriormente publicado no nº 10 do *Jornal de Timon*); *Biblioteca Histórica do Brasil — Produções de Autores Nacionais e Estrangeiros desde o século XVI até o actual*, colecccionadas pelos Srs. Augusto César Miranda de Azevedo, Antônio Mendes Limoeiro, José Ricardo Pires de Almeida, com anotações de colaboradores brasileiros, Rio de Janeiro, Tip. Carioca, 1876; Francisco Adolfo Varnhagen, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Volume XL, Parte 2<sup>a</sup>, Rio de Janeiro, 1877.

O manuscrito da *Crônica dos feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara foi descoberto por Ferdinand Denis em 1837 na Biblioteca Real de Paris (Bibliothéque Nationale, Paris, Catalogue des Manuscrits Portugais, nº 41, ancien 42). Duas cópias do manuscrito de Paris, do século XVII e do século XVIII, foram encontradas em Madrid e em Munique, em 1879, por Ernesto do Canto. Em 1839, Ferdinand Denis revela a sua descoberta nas *Chroniques Chevaleresques de l'Espagne et du Portugal* (51). Em 1841 surge a 1<sup>a</sup> edição, impressa em Paris, com Introdução e Notas do Visconde de Santarém e um Glossário de Inácio Roquete, com o título: *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné...*.

Finalmente, o único texto de que Herculano teve indubitavelmente conhecimento: o *Diário da primeira viagem de Vasco da Gama à India*, em 1497-1499, de Álvaro Velho. Este *Diário* teve a sua primeira edição, com base no manuscrito nº 804 da Biblioteca Municipal do Porto, em 1838, por Diogo Kopke e Antônio da Costa Paiva: *Roteiro da*

---

(51). — Paris, 1839, Volume II, ps. 43-45.

*viagem que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497, Porto.* Ora, a 2<sup>a</sup> edição, impressa em Lisboa, em 1861, tem como responsáveis, em vez de Diogo Kopke e Antônio da Costa Paiva, Alexandre Herculano e o mesmo Antônio da Costa Paiva: *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII.*

Se tomarmos como ponto de referência as datas em que os manuscritos foram descobertos, e tendo em atenção que Herculano viveu entre 1810 e 1877, chegamos à conclusão de que o nosso grande historiador só não poderia ter tido conhecimento de um dos textos em questão: o *Diário anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama à India*, em 1502, pois o manuscrito só foi descoberto e dado a conhecer em 1929, por Christine von Rohr. Assim não sucede com os restantes manuscritos: desde 1741 que Diogo Barbosa Machado assinala na sua *Biblioteca Lusitana* a existência de um manuscrito do *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco Pereira; desde 1817 que é conhecida, e mesmo impressa, por Manuel Aires do Casal, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*; desde 1839 que é conhecido, tendo sido descoberto dois anos antes, por Ferdinand Denis, o manuscrito da *Crônica dos feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara; desde 1847 que é conhecido, através de J. A. Schmeller, o *Manuscrito Valentim Fernandes*. Quanto à *Relação do Piloto Anónimo* e ao *Diário de Tomé Lopes*, cujos manuscritos originais portugueses desapareceram, são conhecidos desde 1507 os textos das traduções italianas da coletânea de Fracanzano da Montalbocco.

Se tomarmos agora em conta as datas das primeiras edições destas fontes, verificamos que Herculano não poderia ter tido conhecimento, além do texto do *Diário anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama à India*, em 1502, editado por Christine von Rohr, em Leipzig, em 1939, também dos textos do *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco Pereira, editado pela primeira vez por Raphael Eduardo de Azevedo Basto, em 1892, e do texto do *Manuscrito Valentim Fernandes*, editado pela primeira vez no seu todo, pela Academia Portuguesa da História, em 1940. Já outro tanto não podemos dizer da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, cuja primeira edição, de Manuel Aires do Casal, é de 1817; da *Relação do Piloto Anónimo* e do *Diário de Tomé Lopes* cuja primeira edição, embora na tradução italiana da coletânea de Fracanzano da Montalbocco — desaparecido o manuscrito original português —, é de 1507; e finalmente, da *Crônica dos feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, cuja primeira edição, de Paris, do Visconde de Santarém, é de 1841.

Duas palavras mais sobre a *Crônica dos feitos de Guiné* e o *Diário da primeira viagem de Vasco da Gama à India*.

Não deixa de ser curioso que Herculano não tenha conhecido a *Crônica dos feitos de Guiné*, e não apenas pelo fato da 1<sup>a</sup> edição desta obra ter aparecido à luz do dia em 1841, mas também pelo fato do nosso grande historiador, num artigo consagrado aos historiadores portugueses da Idade-Média e intitulado *Historiadores Portugueses*, publicado em 1839, em Lisboa, no Volume III d'*O Panorama*, e depois nos Opúsculos, Tomo V (52), falar longamente de Zurara e assinalar até que João de Barros, que utilizou a *Crônica dos feitos de Guiné* no Primeiro Livro da *Primeira Década da Ásia*, tinha Zurara “em muito grande estima”. Pensamos, entretanto, que a omissão de Herculano pode explicar-se pelo fato de Ferdinand Denis não ter revelado a sua descoberta do manuscrito da *Crônica* senão numa notícia publicada em 1839, nas *Chroniques Chevaleresques de l'Espagne et du Portugal* (53), que ele muito provavelmente não tivera tempo de conhecer, dado que se trata do ano da publicação do seu artigo. Assim, podemos talvez compreender que Herculano, mesmo conhecendo as *Décadas da Ásia* de João de Barros, em que a *Crônica* de Zurara é citada, tenha acabado por escrever muito prudentemente que as crônicas de *D. Pedro* e *D. Duarte de Menezes* e a de *Ceuta* sejam as únicas

“que se podem atribuir a Zurara com toda a segurança”.

Quanto ao *Diário da primeira viagem de Vasco da Gama à India* de Álvaro Velho, a única destas obras, a única destas fontes, que teve o interesse do nosso grande historiador, e cuja 2<sup>a</sup> edição, publicada em 1861 por Antônio da Costa Paiva, saiu com uma Introdução e com Notas do seu punho, Introdução entretanto quase que puramente literária, e Notas que, na sua grande maioria não são mais do que a reprodução das notas de Kopke à 1<sup>a</sup> edição, podemos dizer que Herculano não nos deixou neste trabalho mais do que uma pálida imagem do historiador seguro e exaustivo que foi em todo o resto da sua obra, e isto leva-nos a crer que não se sentia à vontade neste gênero de matérias.

Finalmente, se podemos compreender que Herculano não tenha sequer mencionado a *Crônica dos feitos de Guiné* em 1839, temos o direito de nos espantar que não lhe faça a mínima alusão no decurso de uma Obra particularmente longa e que, nessa data estava apenas no começo. E este espanto é igualmente válido relativamente aos restantes textos da *Literatura Portuguesa de Viagens*, que é o mesmo que

---

(52). — 4a. ed., ps. 12-16.  
(53). — Paris, Volume II, ps. 43-45.

dizer, às restantes fontes da História Geral dos Descobrimentos Portugueses (54).

#### 4. — CONCLUSÃO.

Herculano foi essencialmente um medievalista. Não sómente o campo de predileção dos seus estudos históricos foi a Idade-Média, como também justificou esta preferência através de uma filosofia da História. O Renascimento, com os descobrimentos marítimos e todas as consequências que daí advieram, marcava aos seus olhos o começo da decadência de Portugal. Ao Renascimento opunha a Idade-Média, isto é, a época em que Portugal tinha tido as instituições que estavam na sua índole, que convinham à sua natureza. A centralização do Renascimento opunha-se a descentralização dos municípios medievais, chegando Herculano a propor, como remédio para os males que atormentavam o Portugal do século XIX, uma volta a alguns princípios gerais da Idade-Média portuguesa, se bem que convenientemente adaptados às novas realidades. Medievalista, antes de mais historiador da vida rural, Herculano que, em toda a sua obra nunca se ocupa da indústria senão para nos fazer crer que ela era um mal, ainda que inevitável (55), nunca se debruçou sobre o glorioso período dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Para Herculano “Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e majestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social” (56), porque, se queremos “buscar na história do passado doutrina para o presente” (57), não devemos esquecer, diz ele, “a ideia fundamental sobre que tenho procurado fixar a atenção do leitor, isto é, sobre a conveniência de se estudar exclusivamente, ou pelo menos com preferência, a história da Idade-Média, se do estudo da história queremos tirar aplicações para a vida presente” (58).

Herculano medievalista, historiador da vida rural, ele próprio agricultor durante os últimos anos da sua vida, ignorou, como se infere

(54). — Ver relação destas fontes no nosso estudo, acima citado sobre *A Literatura Portuguesa de Viagens...*

(55). — Ver o nosso livro sobre *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949, no Capítulo *O Socialismo e a Questão Social*, ps. 41-51; ou, 2a. ed., Lisboa, 1971, ps. 43-51.

(56). — *Opúsculos*, Volume V, *Cartas sobre a História de Portugal*, Carta V, 1842, 4a. ed., ps. 130-131.

(57). — *Opúsculos*, Volume VIII, *A Escola Politécnica e o Monumento*, 1843, 3a. ed., p. 220.

(58). — *Opúsculos*, Volume V, *Cartas sobre a História de Portugal*, Carta V, 1842, 4a. ed., p. 150.

da sua filosofia da História, um dos mais importantes, se não mesmo o mais importante capítulo da história da Cultura e da Civilização portuguesas (59). Ignorou o Renascimento português, ignorou a Literatura Portuguesa de Viagens, ignorou as fontes para o estudo dos Descobrimentos e da Expansão, e ignorando essas obras, essas fontes, ignorou o que de mais expressivo, de mais genuíno, de mais elevado, criou a Civilização e a Cultura portuguesas. Algumas destas obras, algumas destas fontes, poderia tê-las conhecido. Entretanto assim não sucedeu. E assim não sucedeu porque este período central, fulcral, da história da Civilização portuguesa nunca esteve nas suas cogitações. Herculano foi um fiel, um fidelíssimo discípulo da historiografia francesa do romantismo, especialmente de dois dos mais elevados expoentes dessa historiografia: Guizot e Thierry. Estes foram os seus grandes mestres. Mestres na teoria política (60), mestres na teoria econômica (61), e sobretudo mestres na teoria da História (62).

Não vendo a realidade por amor da doutrina (63), Herculano volta-se para a Idade-Média, e esquece o Renascimento, esquece os séculos XV e XVI, esquece os Descobrimentos e a Expansão, afinal tudo aquilo para que a glorificada Idade-Média não fora senão uma preparação, tudo aquilo que avulta na história de Portugal, tudo aquilo que a define, tudo aquilo que a caracteriza. Afaln, tudo aquilo que define e explica Portugal.

---

(59). — Ver o nosso estudo: *L'Historiographie portugaise contemporaine et la littérature de voyages à l'époque des grandes découvertes*, in *Iberida* — Revista de Filologia —, nº 4, Rio de Janeiro, dezembro de 1960.

(60). — Ver o nosso livro acima citado sobre *As Ideias políticas...*, Capítulos *O Liberalismo e a Democracia e Fontes do Liberalismo Político*, ps. 21-40, 109-133; ou, 2a. ed., Lisboa, 1971, ps. 25-42, 101-121.

(61). — *Ibidem*, Capítulos *O Liberalismo Económico e Fontes do Liberalismo Económico*, ps. 53-65, 135-144; ou, 2a. ed., ps. 53-63, 123-131.

(62). — *Ibidem*, Capítulos *O Historicismo e Fontes do Historicismo*, ps. 67-89, 145-179; ou, 2a. ed., ps. 65-83, 133-161.

(63). — *Ibidem*, ps. 64-65.